

Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3) Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609 1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 306.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906091	
CAPÍTULO 2	14
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906092	
CAPÍTULO 3	26
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906093	
CAPÍTULO 4	37
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906094	
CAPÍTULO 5	48
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906095	
CAPÍTULO 6	60
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0961906096	

CAPÍTULO 7 70

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carle Porcino
Cleuma Sueli Santos Suto
Dejeane de Oliveira Silva
José Andrade Almeida Junior
Maria Thereza Ávila Dantas Coelho
Jeane Freitas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0961906097

CAPÍTULO 8 85

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

Fabiana Duarte e Silva
Francielle Pereira Santos
Ludmila Nunes Mourão
Marília Martins Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.0961906098

CAPÍTULO 9 95

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alana Maiara Brito Bibiano
Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral
Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório
Nívia Madja dos Santos
Roberto Firpo de Almeida Filho
Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0961906099

CAPÍTULO 10 102

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório
Alana Maiara Brito Bibiano
Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral
Roberto Firpo de Almeida Filho
Taíse Gama dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060910

CAPÍTULO 11 107

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

Kariane Camargo Svarcz

DOI 10.22533/at.ed.09619060911

CAPÍTULO 12 119

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

Maria Izabel Machado

DOI 10.22533/at.ed.09619060912

CAPÍTULO 13	135
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060913	
CAPÍTULO 14	152
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060914	
CAPÍTULO 15	162
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060915	
CAPÍTULO 16	171
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Cláudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060916	
CAPÍTULO 17	178
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060917	
CAPÍTULO 18	185
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060918	
CAPÍTULO 19	194
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060919	
CAPÍTULO 20	206
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabírcia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

CAPÍTULO 21 219

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Ângela Kaline da Silva Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

CAPÍTULO 22 230

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

Ivana Maria Fortunato de Barros

Paula Land Curi

Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

CAPÍTULO 23 242

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ângela Maria Simão Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

CAPÍTULO 24 252

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

Jussara Silva da Costa

Polena Valesca de Machado e Silva

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

CAPÍTULO 25 264

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Suélem do Sacramento Costa de Moraes

Bárbara Hees Garré

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

CAPÍTULO 26 271

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

Jaqueline Tubin Fieira

Franciele Lorenzi

Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

CAPÍTULO 27 283

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francielen Leandro Apolinário

Evelly Paat Sampaio da Silva

Elisângela Martins

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

CAPÍTULO 28 291

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

CAPÍTULO 29 311

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

Libna Pires Gomes

Paula Land Curi

Ivana Maria Fortunato de Barros

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

CAPÍTULO 30 321

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

Mariluce Vieira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

CAPÍTULO 31 331

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

Daniel Cerdeira de Souza

Tirza Almeida da Silva

Sônia Maria Lemos

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

CAPÍTULO 32 336

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Valquiria Nicola Bandeira

Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes

Carlos Simão Coury Corrêa

Isabel Cristina Correia Cruz

Fernando Sabchuk Moreira

Ana Paula Sabchuk

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

CAPÍTULO 33 348

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

Fabíola Calazans

Vanessa Santos de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

CAPÍTULO 34	360
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060934	
CAPÍTULO 35	370
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060935	
CAPÍTULO 36	376
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060936	
CAPÍTULO 37	387
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.09619060937	
SOBRE A ORGANIZADORA	401
ÍNDICE REMISSIVO	402

ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA

Caroline dos Santos Coelho

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Discente da Graduação em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas, São Paulo

Alessandra Benedito

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Docente e Coordenadora da Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas, São Paulo

RESUMO: Confrontando as premissas estabelecidas acerca da prostituição como a profissão mais antiga do mundo, envolta por mera moralidade, este artigo tem por finalidade analisar a prostituição a partir da perspectiva dos instrumentos de dominação masculina em função da hierarquia entre os gêneros masculino e feminino. Procura-se, através da interpretação de dados em articulação com teoria, expor os modelos teóricos e suas perspectivas jurídicas acerca da prostituição, estabelecendo o diálogo entre trabalho e exploração sexual. A partir de tal diálogo, analisa-se a prostituição como intrinsecamente violenta às mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Sexualidade; Instrumentos de dominação masculina.

ABSTRACT: Confronting the established

premises about prostitution as the oldest profession in the world, surrounded by mere morality, this article aims to analyze prostitution from the perspective of the instruments of male domination in function of the hierarchy between the masculine and feminine genders. It is sought, through the interpretation of data in articulation with theory, to expose the theoretical models and their legal perspectives on prostitution, establishing the dialogue between work and sexual exploitation. From this dialogue, prostitution is analyzed as intrinsically violent against women.

KEYWORDS: Prostitution; Sexuality; Male Domination.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre a prostituição pode se dar a partir de diferentes óticas de estudo e ocorre tanto a partir de noções do senso comum quanto nos campos do direito do trabalho e em diferentes perspectivas do movimento feminista.

Neste artigo será debatida exclusivamente a prostituição feminina, uma vez que quando falamos em prostituição, a associação automática é a do homem como comprador e da mulher como a pessoa em situação de prostituição. Segundo a fundação francesa

Scelles, que luta contra a exploração sexual, de fato, a grande maioria das pessoas em situação de prostituição (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos.

Historicamente, a prostituição é tratada como o ofício que resta às mulheres em situação de miséria. Na obra *Os Miseráveis*, em que a personagem Fantine, esgotados todos os demais meios de sobrevivência, acaba na prostituição, Victor Hugo chega a afirmar que a escravidão continua sendo uma realidade, “mas agora pesa somente sobre a mulher e é chamada prostituição”. Entre os clássicos do cinema de Hollywood, não faltam mulheres na situação de prostituição em busca de um cliente que se case com ela e a faça socialmente respeitável novamente.

Ademais, dentro do movimento feminista há grande divergência entre a visão da prostituição como uma profissão tomada por estigmas morais, que necessita da tutela do direito para garantir que lhes sejam estendidas as proteções relativas às relação de trabalho, e a visão da prostituição como um meio de violência contra as mulheres decorrente da supremacia masculina.

Assim, o intuito deste trabalho é debater a prostituição em si, com suas implicações sociais e jurídicas, demonstrando as consequências da prostituição para as mulheres enquanto classe dentro da estrutura das sociedades patriarcais.

2 | A PROSTITUIÇÃO COMO FRUTO DA ESCRAVIDÃO

O entendimento popular expõe a crença na prostituição como a profissão mais antiga do mundo, de modo que sua contestação se depara inevitavelmente com tal suposto fato histórico, que perpetua a ideia de que a prostituição é inerente à todas as sociedades e tempos históricos. Ocorre que as origens da prostituição não remontam à mera escolha, em uma esfera de ampla liberdade, mas sim do sistema de escravidão; não de uma escolha das pessoas prostituídas, mas, sim, das pessoas que decidiram aliciar, via de regra mulheres, para comercialização de seus corpos e sexualidade.

Assim, num primeiro momento, a prostituição por meio da escravatura, ao mesmo tempo em que era fruto da sujeição sexual da mulher face ao homem e da defesa do direito ao prazer do homem, era também apenas um dos aspectos da redução de uma pessoa à condição de escravo. No texto *A Escravatura branca* lê-se o seguinte:

Pode dizer-se que a mulher foi o primeiro ser humano, que conheceu a escravidão, e pôde acrescentar-se que foi escrava ainda antes de haver escravatura. (...) Uma escravidão, que dura centenas de anos, torna-se um hábito, e a hereditariedade e a educação fazem que as duas partes interessadas considerem a escravatura da mulher como uma coisa natural. (...) Toda a opressão tem por ponto de partida a dependência econômica, em que o oprimido se encontra com relação ao opressor. É o que se tem dado com respeito à mulher (...) (SOUSA, 1896, pp. 8-9).

Nesse sentido, a naturalização da prostituição é reforçada pelo mito de sua

inevitabilidade, ignorando o proxenetismo para que seja possível manter o sentimento de que a prostituição não pode ser superada. Assim, Janice Raymond afirma acerca da anterioridade do proxenetismo em relação à prostituição e sua suposta inevitabilidade:

A tentativa de fortalecer um sistema de prostituição, recorrendo a sua suposta inevitabilidade, apela a uma história patriarcal em que as mulheres são os objetos, não sujeitos. Como com qualquer argumento que invoca validação histórica, devemos perguntar quem são seus beneficiários. A prostituição não é a profissão mais antiga. Ser proxeneta é. O único fato inevitável sobre a prostituição são os proxenetas que vendem mulheres e crianças para o sexo da prostituição e os homens que o exigem. (RAYMOND, 2013, p.,52)

É a partir de tal premissa que Janice Raymond expõe as semelhanças entre a escravidão racial e a escravidão sexual. Tais semelhanças são reveladas a partir da análise dos discursos favoráveis e contrários à abolição da escravidão negra. Isto pois os que eram contrários à abolição da escravidão negra defendiam práticas de regulamentação por parte do Estado, de modo que fosse criado não só um sistema de normas mas sim a estrutura de um “setor econômico”. Os ataques eram destinados ao tráfico de escravos e não à escravidão em si, sendo apenas o primeiro considerado como um problema social, do mesmo modo que, no que diz respeito à escravidão sexual, as críticas limitam-se ao tráfico de pessoas e à prostituição forçada, nunca à prostituição.

Entretanto, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas, designado para acompanhar a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros de 1949, declarou a prostituição como uma forma contemporânea de escravidão. Mas este entendimento não é pacífico. Assim, de acordo com as diferentes visões sobre a prostituição, foram elaborados modelos que visam afirmar o seu caráter e suas perspectivas.

3 | PRINCIPAIS MODELOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA PROSTITUIÇÃO

Nesse contexto, mulheres feministas sustentaram os primeiros movimentos em prol da abolição da prostituição, sendo Josephine Butler precursora de tais campanhas, denunciando o sistema de prostituição como “uma classe de mulheres criadas e regulamentadas para ministrar aos apetites sexuais dos homens”. Foram estas feministas que se opuseram ao sistema de “limpeza” feminina que submetia forçadamente mulheres consideradas “imorais” a exames médicos invasivos e degradantes, que estigmatizavam como prostitutas até mesmo as mulheres que não estavam em situação de prostituição.

Margaret Jackson, destaca a atuação de Butler:

“Ao desafiar a ideologia essencialista da necessidade sexual masculina, ela atacou o sistema de valores (ainda) reinante de que a prostituição é necessária e inevitável. Ela era muito clara ao expressar que uma economia social e política

da sexualidade impulsionava, principalmente, as mulheres pobres e operárias a venderem seus corpos para a sobrevivência financeira, principalmente para os homens de classe média e alta, uma economia para a qual os homens eram os responsáveis.” (JACKSON, 1994, p. 25)

Assim, o movimento abolicionista se atreve a ser utópico, defendendo que um mundo sem prostituição é possível e viável. Afastando-se de sentimentos conformistas, aposta que a abolição da prostituição é uma consequência inevitável caso o feminismo seja bem sucedido. Isto pois, a derrubada do patriarcado abre o caminho para uma sociedade em que a opressão sexual de mulheres e meninas seria coerentemente intolerável.

Num contexto contemporâneo, o modelo nórdico, também conhecido como “abolicionismo sueco”, é considerado inspirado nas raízes do abolicionismo tradicional, embora recorra ao Direito Penal para punir tanto o proxenetismo como a clientela da prostituição, com o intuito de coibir a demanda pelo comércio do sexo. Surgida na Suécia, a Lei do Comprador do Sexo trabalha com a ideia de criminalização unilateral: torna comprar serviços sexuais infração penal, com o intuito de atingir a demanda que impulsiona o tráfico sexual, ao passo que discriminaliza todas as pessoas em situação de prostituição, oferecendo serviços de apoio para que deixem a prostituição, acompanhada de uma campanha educacional em larga escala.

Dessa forma, tal modelo tem o intuito de modificar a cultura de comercialização de mulheres, afirmando sua prejudicialidade por meio de sanções penais, que devem desencorajar a compra de mulheres para sexo e o tráfico sexual. Por sua vez, as políticas públicas devem ser oferecidas sem margem para julgamentos e incluir o acesso à moradia, treinamento e educação adicional, creches, aconselhamento jurídico e apoio psicológico a longo prazo.

Embora reflita a realidade de uma minoria de países, a criminalização completa da prostituição ainda é ocorre diante do estigma da figura da prostituta, de modo que a imposição de penas tem como alvo as pessoas prostituídas. Tal criminalização não se confunde com a criminalização do proxenetismo e do tráfico sexual, que convive com legalização da prática da prostituição.

Em contrapartida, a Anistia Internacional orienta desde 2015 que os países legalizem a prostituição, oferecendo o status de profissão. É demonstrada uma mudança de linguagem, utilizando termos mais amenos, tais como “profissional do sexo” e “trabalho sexual”. A legalização cumpriria o papel de retirar o estigma da atividade de sexo remunerado, combatendo a discriminação e exclusão, em defesa da liberdade e responsabilidade individual, bem como o direito à livre escolha da profissão.

Com o reconhecimento da prostituição como mera profissão, as profissionais do sexo poderiam usufruir de benefícios trabalhistas, enquanto as casas de prostituição teriam o mesmo tratamento legal que qualquer outro comércio. Tal ideologia se concretizou no chamado “modelo germânico”, tendo sido implementada na Alemanha

em 2002 a lei que equiparava a prostituição a qualquer outra profissão.

4 | PROSTITUIÇÃO: TRABALHO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL? DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA MARXISTA E FEMINISTA

Por trabalho, toma-se toda a produção humana em torno de sua sobrevivência; o ser humano se apropria da natureza e a modifica para suprir suas necessidades. É a partir desse primeiro sentido dado ao trabalho, que Marx defende o trabalho como inato à existência do homem. Nesse sentido, expõe que:

“[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 1985, p.50)

A partir de tal premissa é que Marx determinará, para além, a natureza dupla do trabalho, nas noções consolidadas como trabalho concreto e trabalho abstrato, que se identificam, respectivamente, como “trabalho-vivo” e “trabalho-morto”. Isto pois o trabalho concreto é aquele presente em todas as formas de organização humana e que, mesmo sob o controle do capitalismo, cria valores de uso essenciais para satisfação das necessidades humanas. Por sua vez, entende-se por trabalho abstrato aquele perde sua qualidade de atividade com o qual o ser humano se identifica, produzindo valor de uso apenas se diante de um valor de troca.

Entretanto, não é a partir de tais conceitos que é construído o pensamento marxista acerca das mulheres prostitutas, mas sim a partir do conceito de lumpemproletariado. Como membros dessa classe degenerada, não útil para o processo revolucionário da classe proletária, Marx inclui:

“os vagabundos, soldados dispensados, prisioneiros libertos, escravos fugidos de navios, malandros, charlatões, lazarentos, punguistas, trapaceiros, jogadores, cafetões, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, funileiros, mendigos – em suma, toda a massa indefinida, desintegrada, jogada aqui e acolá, denominada pelos franceses de a boemia” (MARX, 1851-1852, p.149).

Apesar disso, a prostituição em si só será abordada explicitamente na obra de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Assim, discorre que:

“quanto mais o heterismo antigo se modifica em nossa época pela produção capitalista à qual se adapta, mais se transforma em franca prostituição e mais desmoralizadora se torna a sua influência. E, na verdade, desmoraliza mais os homens do que as mulheres. A prostituição, entre as mulheres, degrada somente

as infelizes que a ela se dedicam, e mesmo a estas em um grau muito menor do que se costuma acreditar. Em compensação, envilece o caráter do sexo masculino inteiro” (ENGELS, 1884, p.85)

Para além da perspectiva moral, que, na visão de Engels, envolve tanto os homens como as mulheres que se dispõem à mercantilização da sexualidade, é trazida a afirmação do homem como “consumidor da prostituição” e da mulher em situação de prostituição como “infeliz” e “degradada”.

Nesse contexto, Catharine MacKinnon enfim constrói o diálogo entre marxismo e feminismo ao afirmar que “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado”. Ao tratar da objetificação sexual como o processo primário de sujeição da mulher, MacKinnon analisa a distinção entre objetificação e alienação:

“Objetificação no materialismo marxista é concebido como sendo o fundamento da liberdade humana, o processo laboral por meio do qual o sujeito se encarna em produtos e relações. Alienação é a distorção socialmente contingente do processo, uma reificação dos produtos e das relações que os impedem de serem, e de serem vistos como, dependentes da agência humana. Porém do ponto de vista do objeto, objetificação é alienação. Para as mulheres, não há distinção entre alienação e objetificação porque mulheres não têm sido autoras da objetificação, nós temos sido a objetificação. As mulheres têm sido a natureza, a matéria, aquilo sobre o que se atua, submetidas pelo sujeito atuante buscando encarnar-se no mundo social. Reificação não é apenas uma ilusão para o reificado; é também a sua realidade.” (MACKINNON, 1982, p. 808)

Assim, quando se fala em corpo como mercadoria, que se traduziria por reificação, tem-se em vista que, na prostituição, o usufruto do corpo como objeto para satisfação sexual do comprador é uma condição intrínseca ao ofício. Reitera-se a relevância de se falar em reificação visto que a prostituta não é monetariamente remunerada na condição de prestadora de serviço, mas na condição de quem aluga seu corpo como uma mercadoria destinada ao prazer masculino, inclusive no prazer masculino pela violência contra a mulher.

5 | CONFRONTANDO A PROSTITUIÇÃO A PARTIR DA NOÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO

De acordo com um estudo feito pelo Ministério da Família da Alemanha em 2004, 82% das mulheres que atuam como prostitutas dentro do modelo germânico mencionaram sofrer violência psicológica e 70% das prostitutas sofreram violência física, sendo que 92% alegam ter sofrido violência sexual. Ao mesmo tempo, os relatórios do Ministério da Família apontam que a legalização “não trouxe nenhuma melhora real mensurável na cobertura social das prostitutas”.

Isto pois a igualdade jurídica proporcionada pela elevação da prostituição ao status de profissão não é capaz de modificar a estrutura hierárquica entre gêneros que sustenta as sociedades patriarcais, de modo que a violência na prostituição não é mitigada pela legalização da prostituição, mas sim elevada, pois a misoginia que lhe é intrínseca ganha ainda mais força dentro da esfera de prestação legal de serviços.

É como livres possuidores de sua força de trabalho que os homens participam do mercado capitalista. E mesmo gozando do status de homem livre, tal liberdade se revela a liberdade de ser explorado. Tal como no capitalismo, na prostituição permeia a ideia de liberdade, mesmo que essa liberdade seja a de ter sua sexualidade explorada não só pela figura do comprador, mas pelo sistema que sustenta a indústria do sexo. Entretanto, quando trata-se do trabalho alienado dos homens, o fato de receberem algum dinheiro pelo seu trabalho não transforma a experiência deles em uma experiência prazerosa. Ao contrário, pensamos que sua qualidade de vida deveria ser melhor e que não deveria se submeter a tal condição para sobreviver.

No contexto da prostituição, Susan Sontag questiona:

“Para desfrutar qual sexualidade há que se liberar a mulher? Meramente remover o ônus colocado sobre a expressividade sexual da mulher é uma vitória vazia se a sexualidade para a qual se tornam mais livres para desfrutar permanece a mesma velha sexualidade que converte as mulheres em objetos... Esta sexualidade ‘mais livre’ reflete em boa parte ideia espúria de liberdade: o direito de cada pessoa de, em poucas palavras, explorar e desumanizar alguém. Sem uma transformação das próprias normas da sexualidade, a liberação da mulher é um objetivo sem sentido. O sexo como tal não é libertador para a mulher. Tampouco é mais sexo”. (SONTAG, 1973, p. 180-206.)

Importante afirmar que a prostituição se estabelece num comércio criado por homens para satisfazer homens, que obtém lucro à custa da exploração das mulheres, seja como proxenetas, como donos de casas de entretenimento erótico ou como diretores de filmes pornográficos. Conforme afirma Andrea Dworkin:

“Se é necessário que uma classe inteira de pessoas seja tratada com crueldade e indignidade e humilhação, colocada em uma condição de servidão, de modo que os homens possam ter o sexo que eles pensam que têm direito, então é o que acontecerá. Essa é a essência e o significado da dominação masculina. Dominação masculina é um sistema político. [...] Assim, em diferentes culturas, as sociedades são organizadas diferentemente para alcançar o mesmo resultado: não somente as mulheres são pobres, mas a única coisa de valor que uma mulher tem é sua assim chamada sexualidade, que, junto com o seu corpo, tem sido transformada em um produto vendável. (DWORKIN, 1992, p. 3)

Na concepção defendida por Dworkin, a prostituição está inserida na noção de instrumentos de dominação masculina, que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço de diferentes maneiras. Tais instrumentos, como o estupro, o incesto, o controle de natalidade, assédio sexual e, até mesmo, a visão do lesbianismo como uma perversão, garantem que a mulher seja subjugada diante da sociedade patriarcal.

Em paralelo, encontramos a indústria do sexo, que traz a pornografia, o erotismo e a prostituição como liberdade.

Apesar de a indústria do sexo se utilizar do argumento da liberdade sexual feminina, estrutura-se na premissa de que o sexo é uma necessidade masculina. Tal necessidade dialoga com a construção da sexualidade exacerbada do homem, frente à negação da sexualidade feminina, como uma ausência; a construção da sexualidade feminina se dá exclusivamente sob o ponto de vista masculino, para sua excitação.

Nesse sentido, Emma Goldman afirma que:

“É um fato sabido que a mulher é criada como uma mercadoria, ainda que seja mantida em absoluta ignorância sobre o significado e a importância do sexo. Tudo o que diz respeito a esse assunto é suprimido e as pessoas que tentam iluminar essa terrível escuridão são perseguidas e atiradas na prisão. No entanto, apesar de tudo, é verdade que se uma garota é mantida na ignorância sobre como cuidar de si mesma, desconhecendo a função da parte mais importante de sua vida, não deveríamos nos surpreender se ela se torna uma presa fácil da prostituição, ou de qualquer outra forma de relação que a degrade à posição de objeto de mera gratificação sexual.” (GOLDMAN, 1909, p. 7)

Dessa forma, a prostituição só pode ser tolerada dentro de uma sociedade em que prevaleça a hierarquia entre gêneros, que é justamente sustentada por instrumentos de dominação que assegurem a supremacia masculina. Nesta lógica, apenas com a superação da estrutura patriarcal, que reduz as mulheres à condição de classe inferior, subjugada por meio da construção de uma sexualidade que atende apenas a classe dos homens, é que podemos falar na completa abolição da prostituição.

Abolir a prostituição inclui sonhar um mundo em que as mulheres possam de fato desfrutar da sexualidade de modo não violento e coercitivo. Ou como diz a letra do hino de *Mujeres Libres* escrita por Lucía Sanchez Saornil, escrever de novo a palavra mulher.

6 | CONCLUSÕES

O presente trabalho concebe a prostituição como intrinsecamente misógina, uma vez que se constitui como um dos instrumentos de dominação da classe masculina, com amparo na teoria desenvolvida por Andrea Dworkin. No mais, concebe que a prostituição se sustenta a partir da construção da sexualidade feminina em função da satisfação masculina, haja vista que, nas sociedades patriarcais, as mulheres são socializadas de modo que sua sexualidade seja afirmada apenas diante do sexo oposto.

A partir da análise dos modelos elaborados frente à prostituição, o atual modelo germânico concebe uma maior aproximação com o movimento abolicionista, apresentando políticas consideradas satisfatórias diante do atual cenário. Cumpre

ressaltar que não é o direito enquanto ciência normativa que irá ditar, de fato, a realidade das mulheres que tem sua sexualidade explorada, mesmo que supostamente dentro de uma esfera consensual como a do contrato.

Embora a defesa da legalização da prostituição vise a liberdade sexual da mulher, tal liberdade se revela ainda a liberdade de ser explorada, a partir de uma estrutura de desigualdade que supera o modelo econômico capitalista, a qual chamamos de patriarcado. Portanto, um debate feminista que contemple a emancipação das mulheres frente à dominação masculina inclui, necessariamente, a abolição de todos os instrumentos de manutenção da supremacia masculina, entre eles a prostituição.

REFERÊNCIAS

DWORKIN, Andrea. **Discurso no simpósio intitulado "Prostituição: Da Academia ao Ativismo," patrocinado pelo Michigan Journal of Gender and Law, realizado na Universidade de Michigan Law School**, 31 de Outubro, 1992. Disponível em: <<http://antipatriarchy.wordpress.com/2009/03/10/prostituicao-e-supremacia-masculina>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MACKINNON, Catherine A.. **Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para teoria.** *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p.798-837, 2016. Tradução: Juliana Carreira Ávila; Juliana Cesario Alvim Gomes.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Prostituição feminina e direitos sexuais...: diálogos possíveis?** *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 11, p.88-121, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293323029005>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PEDROSO, Vanessa Aleksandra de Melo. **O Pecado Feminino: do exercício e da exploração da sexualidade na prostituição feminina.** *Revista Ciências Jurídicas Sociais*, Umuarama, v. 12, n. 2, p.439-449, jul./dez. 2009.

PEDROSO, Vanessa Aleksandra de Melo. **Exercício ou exploração?: O eterno dilema da sexualidade na prostituição feminina.** *Derecho y Cambio Social*, [Lima, Peru], n. 39, p.01-14, 01 jan. 2015. Disponível em: <www.derechoycambiosocial.com>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RAYMOND, Janice G.. **Not a choice, not a job.** Massachusetts: Potomac Books, 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

L

Ludicidade 152

M

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

N

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

P

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

R

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

S

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-609-6

